

# TRAJETÓRIA EDUCACIONAL E REALIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS MULHERES NEGRAS

MÁRCIA LIMA

As obras atuais que discutem os processos de mobilidade e estratificação social e realização socioeconômica apontam numa mesma direção: a educação e uma variável determinante no processo de ascensão social e obtenção de *status* ocupacional. No entanto, o retorno do investimento em educação tem se mostrado altamente discriminatório. No caso de homens e mulheres, as diferenças são mais contundentes no que se refere aos rendimentos do que na posição ocupacional. Mas quando a variável cor é incluída, as diferenças são marcantes tanto na posição ocupada quanto nos rendimentos, mesmo que ambos (brancos e negros) tenham o mesmo nível educacional.

O objetivo deste ensaio é justamente demonstrar como a relação entre investimento educacional e realização ocupacional ocorre de forma diferenciada para diferentes grupos sociais se levarmos em conta variáveis como gênero e cor, limitando desta forma as possibilidades de ascensão de determinados segmentos sociais. Neste caso, o das mulheres negras.

Ao longo dessas últimas décadas, dois fenômenos contribuíram para que houvesse uma mudança na situação da mulher diante do mundo do trabalho: a expansão educacional e a reestruturação do mercado proporcionada pelo processo de urbanização e industrialização ocorrido no Brasil.

A expansão educacional ocorrida a partir da década de 50 proporcionou um aumento significativo das oportunidades de acesso à escola no Brasil, sendo as mulheres o grupo mais beneficiado. Elas partem de uma situação altamente desigual nos anos 50 para já em 1980 dividirem equitativamente com os homens as possibilidades de acesso à escola, ultrapassando-os no ensino básico e se igualando no ensino superior.

No entanto, ao olhar mais detalhadamente para a inserção feminina no ensino universitário, nota-se que existem diferenças importantes que devem ser ressaltadas. Rosemberg<sup>1</sup>, analisando o perfil universitário feminino a partir dos dados do censo de 1980, constata que existe uma tendência de uma significativa parcela

---

<sup>1</sup> ROSEMBERG, F. A Educação das Mulheres Jovens e Adultas. In SAFFIOTI, H. e VARGAS, M. *Mulher Brasileira e Assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Brasília: NIPAS/UNICEF, 1994.

dessas mulheres de se concentrarem em cursos tipicamente femininos de *status* inferior e menos valorizados no mercado de trabalho. Por exemplo, ela indica que nas áreas de Ciências Humanas 53,8% das pessoas matriculadas eram mulheres enquanto que para a de Ciências Biológicas e Ciências Exatas esses percentuais de participação eram 40,6% e 18,2% respectivamente. Acredita-se no entanto que no decorrer dos anos 80 as mulheres aumentaram a presença nessas carreiras atenuando-se um pouco esta guetificação.

Se as variações nos níveis de escolaridade não são mais tão marcadas por diferenças de gênero permanecem nas diferenças raciais<sup>2</sup>. Vários estudos têm demonstrado como a população negra e prejudicada desde o ingresso na escola até o retorno do investimento em educação quando se depara com o mercado de trabalho altamente discriminatório<sup>3</sup>. Os negros se concentram em áreas onde existem os maiores índices de analfabetismo, ingressam mais tardiamente na escola, têm os maiores índices de evasão e repetência e atingem o nível universitário em proporções muito inferiores às do grupo branco.

A Tabela 1 traz os níveis educacionais das pessoas de 10 anos e mais segundo sexo e cor no Brasil em 1990. Nota-se que 40,0% da população brasileira têm menos de três anos de escolaridade - 41,9% dos homens e 40,1% das mulheres. Esses dados permitem apontar que a expansão educacional aumentou o acesso à escola diminuindo o analfabetismo, mas o nível de escolaridade da população brasileira ainda é uma grande questão pública a ser resolvida. Eliminar o analfabetismo é um grande passo, mas é necessário que se continue a investir na educação. Com níveis de escolaridade tão baixos, as possibilidades de realização socio-econômica desta população estarão seriamente comprometidas, também o desenvolvimento social do país se torna bastante limitado com uma mão-de-obra tão desqualificada.

Analisando as diferenças entre homens e mulheres, nota-se que de fato as mulheres estão começando a superar os homens em relação ao nível de ensino, mantendo taxas ligeiramente superiores nas faixas de oito anos e mais e doze anos e mais de estudo.

Quanto às diferenças entre os grupos de cor, mais da metade da população negra (pretos e pardos) tem até três anos de estudo, apresentando fortes diferenças em relação aos brancos. Na faixa de oito anos e mais de escolaridade, o grupo negro chega a apresentar metade dos percentuais observados para os brancos. E no nível de ensino mais alto (12 anos e mais de escolaridade), os negros estão numa situação ainda mais desvantajosa, com o seu contingente apresentando índices de 2% a 3%, enquanto que os brancos atingem a proporção de 11%.

---

<sup>2</sup> Um outro fator importante em relação aos níveis educacionais se refere às diferenças regionais. É sabido que o Nordeste brasileiro, principalmente rural, apresenta sérios problemas relativos à educação. Para esta discussão ver BARCELOS, L. C. *Raça e Realização Educacional no Brasil*. Dissertação de mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992.

<sup>3</sup> Para essa discussão ver HASENBALG e SILVA, *Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil*, *Estudos Afro Asiáticos* n. 18, p. 73-92, Rio de Janeiro, 1990; ROSEMBERG, *Educação, democratização e desigualdade*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, mimeo, 1987; e ANDREWS, *Desigualdade Racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística*, *Estudos Afro Asiáticos* n. 22, p. 47-83, Rio de Janeiro, 1992.

As mulheres negras (pretas e pardas) se comparadas aos homens de seu grupo de cor estão numa situação um pouco mais vantajosa. Mas em relação as mulheres brancas suas desvantagens educacionais são bastante significativas. Enquanto 54,3% das mulheres pretas e 51,8% das mulheres pardas têm no máximo três anos de estudos para as mulheres brancas esse percentual é de 31,5%.

**Tabela 1** - Anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais segundo sexo e cor Brasil/1990

|                   | HOMENS  |        |        |       | MULHER  |        |        |       |
|-------------------|---------|--------|--------|-------|---------|--------|--------|-------|
|                   | Brancos | Pretos | Pardos | Total | Brancas | Pretas | Pardas | Total |
| Menos de 3 anos   | 32,0    | 55,0   | 54,7   | 41,9  | 31,5    | 54,3   | 51,8   | 40,1  |
| Oitos anos e mais | 32,1    | 14,2   | 15,6   | 24,9  | 32,9    | 14,9   | 17,5   | 26,4  |
| Doze anos e mais  | 11,8    | 2,1    | 2,8    | 8,0   | 11,8    | 2,5    | 3,2    | 8,2   |

Fonte: Tabulações Especiais PNAD do ano apud Silva (1994)

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho proporcionado pela industrialização e o outro fenômeno que contribuiu para que a sua história no mundo do trabalho fosse modificada.

Alguns fatores são importantes para a composição deste novo quadro. Bruschini<sup>4</sup> analisando o trabalho da mulher no Brasil nos anos 70 aponta que a necessidade de complementação da renda familiar devido a deterioração do salário dos trabalhadores foi uma importante variável. Além disso, o mercado recebeu também as mulheres de classe média e com elevado nível de instrução que face ao aumento do consumo tiveram redefinidas suas necessidades econômicas.

Mas essas mudanças são marcadas por uma especificidade do grupo feminino negro. Com a reestruturação do emprego no Brasil ocorre uma redistribuição das mulheres na PEA (População Economicamente Ativa) elas abandonam cada vez mais o setor primário e ingressam em atividades na indústria e nos setores modernos. As mulheres provenientes das classes mais pobres se dirigem para a prestação de serviços e para os empregos ligados a produção na indústria e as mulheres de classe média para os serviços da produção e de consumo coletivo (setor terciário) devido aos seus melhores níveis educacionais. Dada a significativa representação da população negra nos patamares inferiores da sociedade as mulheres desse grupo de cor compõem uma parcela significativa da força de trabalho feminina empregada nos serviços mais desqualificados, principalmente o serviço doméstico.

Que quadro então pode ser construído a respeito da situação da mulher negra no mercado de trabalho levando em conta seus ganhos educacionais?

<sup>4</sup> BRUSCHINI, C. O Trabalho da Mulher no Brasil. In: SAFFIOTI e VARGAS, op. cit.

O trabalho de Telles<sup>5</sup> traz algumas informações importantes para esta discussão. Ele analisa a importância de determinados atributos sociais como idade, educação e situação de migrante a partir das variáveis gênero e cor para a integração do trabalhador no setor formal ou informal de trabalho nas áreas metropolitanas. Ele conclui que gênero tem um maior poder explicativo no que diz respeito a variação da participação do setor formal ou informal. Quanto a educação, ele observa que para as mulheres é necessário uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade que os homens têm de obter um emprego no setor formal.

Considerando a variável raça, o autor observa que ela tem um efeito brando, embora significativamente negativo quanto a probabilidade de um indivíduo se encontrar no setor formal. Mas ao cruzar as variáveis gênero e raça, os efeitos são bem mais determinantes. A variável raça, conclui Telles, atinge muito mais as mulheres do que aos homens no que se refere a probabilidade de obtenção de emprego no setor formal. Isto faz com que o nível de escolaridade das mulheres negras se torne um pré-requisito fundamental para o seu ingresso neste setor de trabalho.

O restante deste ensaio se preocupará exatamente com essa relação educação/*status* ocupacional. A princípio, será feita uma análise do quadro global da distribuição ocupacional no Brasil por sexo e cor e em seguida essa mesma distribuição será avaliada, direcionada para as pessoas com nível universitário completo (12 anos ou mais de escolaridade). Esse cruzamento permitirá avaliar as diferenças de retorno daqueles que fizeram um maior investimento na sua formação escolar.

A Tabela 2 apresenta informações a respeito da inserção ocupacional de homens e mulheres brancos e negros. Quanto a classificação ocupacional, ela resulta de um agrupamento de um conjunto extenso de ocupações elaboradas pela FIBGE para a PNAD-1990. Esse agrupamento parte da homogeneidade de certas ocupações a partir das possibilidades socio-econômicas e do *status* que elas proporcionam.

Em primeiro lugar, traçou-se a dicotomia rural/urbano, distinguindo os indivíduos engajados neste setor primário daqueles empregados nos setores caracteristicamente urbanos, o terciário e o secundário<sup>6</sup>. As ocupações urbanas foram subdivididas em três estratos: não manual alto, não manual baixo e manual. No que se refere ao primeiro estrato, foram consideradas as ocupações que exigem nível superior, como profissionais liberais (advogados, engenheiros, médicos), funções executivas e administrativas. No estrato não manual baixo, estão incluídas as ocupações que nem sempre exigem nível superior, como funções de escritório, empresários por conta própria, supervisores do trabalho manual. No estrato manual, estão agrupados os trabalhadores de indústrias, serviços, serviço doméstico e mercado informal, entre outros, que correspondem, em sua maioria, a uma categoria de trabalhadores desqualificados e com baixos rendimentos.

---

<sup>5</sup> TELLES, E. Características Sociais dos Trabalhadores Informais: o caso das regiões metropolitanas. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 19, p. 61-80, Rio de Janeiro, 1990.

<sup>6</sup> Nas ocupações rurais estão incluídos proprietários na agropecuária, técnicos e administradores da agropecuária, produtores agrícolas autônomos e trabalhadores manuais rurais. Apesar da heterogeneidade dessas ocupações, optou-se, devido ao enfoque deste artigo, por não diferenciá-las. Além disso, estas duas últimas ocupações apresentam uma certa homogeneidade e dão conta de mais de 90% do estrato rural, o que permite fazer este agrupamento.

**Tabela 2** - Distribuição das pessoas ocupadas por sexo e cor BRASIL/1990

| OCUPAÇÕES        | HOMENS (63 8%) |       |       |       | MULHERES (32 2%) |       |       |       |
|------------------|----------------|-------|-------|-------|------------------|-------|-------|-------|
|                  | Branco         | Preto | Pardo | Total | Branca           | Preta | Parda | Total |
| Não Manual Alto  | 12 1           | 3 2   | 4 1   | 8 3   | 12 5             | 2 4   | 4 8   | 9 1   |
| Não Manual Baixo | 21 4           | 11 5  | 13 6  | 18 0  | 28 5             | 14 6  | 18 8  | 24 3  |
| Manual           | 41 9           | 52 4  | 45 1  | 43 7  | 47 2             | 70 1  | 59 8  | 53 0  |
| Rural            | 24 5           | 32 8  | 37 2  | 19 8  | 11 8             | 12 9  | 16 6  | 13 6  |

Fonte: Tabulações Especiais PNAD 1990

Analisando as diferenças por gênero e cor para o estrato não manual como um todo (alto e baixo) nota-se que as mulheres têm um contingente maior do que os homens. Entretanto, essa diferença é significativa somente no não manual baixo: 18,0% dos homens e 24,3% das mulheres.

Hasenbalg, ao discutir a estrutura de classes no Brasil a partir dos dados da PNAD 1988, atenta para uma especificidade deste estrato não manual:

Esses estratos ocupacionais caracterizam-se pelo predomínio da relação de trabalho assalariado, são os que mais têm crescido nas últimas décadas e experimentaram o impacto da expansão do emprego feminino. A feminização do emprego é particularmente notável no setor não manual baixo, onde as mulheres ocupam 50,0% dos postos de trabalho.

A situação de alguns grupos ocupacionais do não manual baixo não se diferencia substancialmente em termos materiais dos estratos manuais que desfrutam de uma melhor inserção no mercado de trabalho. Assim, por exemplo, os rendimentos médios dos empregados na categoria não manual de rotina e funções de escritório são inferiores aos dos trabalhadores manuais da indústria moderna e de alguns trabalhadores manuais do setor informal.<sup>7</sup>

Quanto às diferenças entre os grupos de cor, observa-se o quanto desaparecem as possibilidades de obtenção de uma posição mais privilegiada na distribuição ocupacional. Além disso, estas desvantagens são muito mais acentuadas no estrato não manual alto, o que permite concluir que quanto mais alto o *status* ocupacional, maiores as diferenças entre negros e brancos.

Em relação às mulheres negras, pode-se afirmar que sua situação é relativamente melhor que a dos homens negros, principalmente no estrato não manual baixo. Mas, se comparadas às mulheres brancas, suas desvantagens são

<sup>7</sup> HASENBALG, C. Perspectivas sobre Raça e Classe no Brasil. Mimeo. Rio de Janeiro, 1993, p. 14.

bastante acentuadas no estrato não manual alto as mulheres brancas concentram 12 5% de seu contingente enquanto que as mulheres pretas e pardas apenas 2 4% e 4 8% respectivamente Outro fator importante e que 80% das mulheres negras que conseguem um emprego no estrato não manual estão no setor não manual baixo

Observando o percentual de pessoas alocadas no estrato manual e possível identificar que o Brasil e um país formado por uma grande classe trabalhadora com uma mão-de-obra desqualificada concentrada em ocupações de baixo status e baixos rendimentos

As mulheres têm 53% delas no estrato manual enquanto que os homens têm um pouco menos 43 7%<sup>8</sup> Segundo as tabulações especiais da PNAD-90 existe dentro deste estrato uma tendência de concentração masculina na indústria tradicional (alimentação vestuário construção civil etc ) e no caso feminino no serviço doméstico O ponto mais importante dessas considerações e a presença maciça da população preta e parda nessas duas ocupações 22% dos homens pretos e 18 1% dos homens pardos trabalham na indústria tradicional enquanto que 48% das mulheres pretas e 30 5% das mulheres pardas estão no serviço doméstico

Esse dados demonstram que os negros além de terem uma maior presença nas ocupações manuais se concentram dentro desse estrato num setor mal remunerado e no caso feminino possivelmente a margem do mercado de trabalho regulamentado

A Tabela 3 traz a mesma distribuição ocupacional so que para pessoas com 12 anos ou mais de escolaridade Esse cruzamento permite rever o processo de realização ocupacional eliminando as diferenças atribuídas as desvantagens educacionais entre os grupos de cor Brancos e negros apresentam a mesma bagagem educacional

**Tabela 3** - Distribuição das pessoas ocupadas com 12 anos ou mais de escolaridade por sexo e cor BRASIL/1990

| OCUPAÇÕES        | HOMENS  |        |        |       | MULHERES |        |        |       |
|------------------|---------|--------|--------|-------|----------|--------|--------|-------|
|                  | Brancos | Pretos | Pardos | Total | Brancas  | Pretas | Pardas | Total |
| Não Manual Alto  | 51 4    | 43 8   | 41 5   | 49 9  | 43 4     | 20 5   | 38 9   | 42 3  |
| Não Manual Baixo | 37 4    | 35 8   | 42 2   | 37 7  | 48 8     | 62 7   | 50 8   | 49 4  |
| Manual           | 8 1     | 20 4   | 13 9   | 8 9   | 7 4      | 16 8   | 10 0   | 8 1   |
| Rural            | 3 1     | 0 0    | 2 4    | 2 4   | 0 4      | 0 0    | 0 3    | 0 5   |

Fonte: Tabulações Especiais PNAD 1990

<sup>8</sup> A maior presença de mulheres neste estrato pode ser justificada pela tendência mais urbana do perfil da força de trabalho feminina enquanto que os homens têm comparativamente uma maior presença nas atividades rurais como mostra a Tabela 2

A princípio já se destaca a diferença entre homens e mulheres independentemente da cor no estrato não manual alto - 49,9% dos homens e 42,3% das mulheres. Estes índices tendem a confirmar o tipo de carreira em que as mulheres se formam. Acredita-se que tenha ocorrido uma diminuição da guetização feminina em carreiras menos valorizadas, contudo, uma certa tendência persiste. Entre as mulheres com nível superior completo, 49,4% delas se encontram no estrato não manual baixo.

O mesmo padrão é apresentado para as mulheres negras. Comparativamente, elas estão em desvantagem tanto em relação aos homens de seu grupo de cor, que conseguem uma maior representatividade no estrato não manual alto quanto em relação às mulheres brancas, apesar destas apresentarem diferenças significativas em relação aos homens brancos. As mulheres brancas representam 43,4% nesse estrato, enquanto que as pretas e pardas apresentam percentuais de 20,5% e 38,9% respectivamente. Mesmo com altos níveis de escolaridade, as mulheres negras não conseguem atingir as etapas de mobilidade social que normalmente são proporcionadas pelo investimento em educação. A sua presença no estrato não manual baixo é importante e significativa, mas, como já foi colocado, o *status* desse grupo ocupacional é bastante limitado, o que dá às mulheres negras poucas possibilidades de melhorar sua situação socio-econômica como os demais grupos. Resta, portanto, investigar se as mulheres negras que estão atingindo o nível universitário estão se dirigindo às carreiras de menor *status*, enquanto que as mulheres brancas já começaram a ingressar em ocupações de maior prestígio.

As informações aqui apresentadas assinalam que o segmento feminino negro permanece numa situação bastante desvantajosa. O fato de 48% das mulheres pretas e 30,5% das mulheres pardas estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.